

Advocacia e lavagem de dinheiro: navegando em águas turbulentas

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | outubro 12, 2024



Introdução

A relação entre as atividades típicas da advocacia e o delito de lavagem de dinheiro é um tema que suscita debates acalorados no meio jurídico. Afinal, onde traçar a linha que separa a legítima defesa dos interesses do cliente e a participação, ainda que involuntária, em esquemas de branqueamento de capitais?

O advogado como “gatekeeper” e os riscos da profissão

O advogado, no exercício da sua profissão, pode atuar como um “gatekeeper”, ou seja, um agente que tem o potencial de prevenir ou facilitar a lavagem de dinheiro. A preocupação relativa ao uso dos serviços advocatícios como meio para prática desse crime levou o GAFI (Grupo de Ação Financeira) a emitir a Recomendação nº 23, que trata das medidas que os profissionais do Direito devem adotar para evitar o envolvimento em esquemas de branqueamento de capitais ([fonte](#)).

A questão polêmica dos honorários advocatícios

Um dos pontos mais sensíveis nessa discussão é o recebimento de honorários por serviços advocatícios prestados. Afinal, a cobrança de honorários segundo práticas habituais jamais poderá imputar ao advogado a responsabilidade penal da lavagem de dinheiro ([fonte](#)). No entanto, a questão que deverá ser discutida diz respeito à participação do advogado no delito de lavagem de dinheiro, como se o advogado “desse um verniz de legalidade” aos bens provenientes de uma infração penal ([fonte](#)).

O papel do advogado na defesa do cliente

No caso de lavagem de dinheiro, o advogado deve estar atento à denúncia apresentada pelo Ministério Público. Esta denúncia deve englobar dois pontos cruciais: a materialidade do crime precedente e os indícios de autoria do crime. Caso contrário, a defesa do advogado deverá alegar inépcia da denúncia por falta de justa causa em um dos crimes ([fonte](#)).

Considerações finais

A relação entre a advocacia e o delito de lavagem de dinheiro é um tema que exige reflexão séria e cuidadosa. O novo cenário de recomendações internacionais e leis mais duras de combate ao crime de lavagem torna imprescindível que os advogados conheçam seus deveres e responsabilidades ([fonte](#)). Somente assim será possível garantir uma atuação ética e dentro dos limites da lei, contribuindo para a construção de um sistema de justiça mais íntegro e eficiente.

FAQ sobre Advocacia e Lavagem de Dinheiro

1. Qual é a relação entre a advocacia e a lavagem de dinheiro?

A advocacia pode se tornar um campo suscetível à lavagem de

dinheiro, pois advogados têm acesso a informações e recursos que podem ser utilizados para ocultar a origem ilícita de bens. A atuação dos advogados como “gatekeepers” é crucial, pois eles podem ajudar a prevenir ou facilitar a lavagem de dinheiro, dependendo de como conduzem seus serviços.

2. O que significa ser um “gatekeeper” na advocacia?

Um “gatekeeper” é um profissional que possui a responsabilidade de monitorar e controlar o acesso a determinados serviços ou informações. No contexto da advocacia, isso significa que o advogado deve estar atento a possíveis sinais de lavagem de dinheiro e agir de maneira a evitar que seus serviços sejam usados para facilitar atividades ilícitas.

3. Quais são as recomendações do GAFI para advogados?

O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) emitiu a Recomendação nº 23, que orienta os profissionais do Direito sobre a necessidade de implementar medidas para prevenir o envolvimento em esquemas de lavagem de dinheiro. Isso inclui a realização de due diligence em clientes e a identificação de transações suspeitas.

4. Como os advogados podem se proteger de acusações de lavagem de dinheiro?

Os advogados devem manter registros detalhados de suas interações com os clientes, realizar uma análise cuidadosa das fontes de fundos e garantir que suas práticas de cobrança de honorários estejam em conformidade com a lei. Além disso, é importante que eles estejam cientes das obrigações legais e éticas que regem a sua profissão.

5. O recebimento de honorários pode implicar em responsabilidade por lavagem de dinheiro?

A cobrança de honorários por serviços advocatícios, quando realizada de acordo com as práticas habituais, não deve, em si, implicar a responsabilidade penal do advogado por lavagem de dinheiro. No entanto, se houver indícios de que os

honorários estão relacionados a atividades ilícitas, isso pode levantar suspeitas e exigir investigação.

6. O que os advogados devem fazer ao receber uma denúncia do Ministério Público relacionada a lavagem de dinheiro?

Os advogados devem estar atentos às denúncias apresentadas pelo Ministério Público, que devem incluir a materialidade do crime e indícios de autoria. Se esses elementos não estiverem presentes, o advogado pode alegar a inépcia da denúncia por falta de justa causa.

7. Quais são as implicações éticas para advogados envolvidos em casos de lavagem de dinheiro?

Os advogados têm a responsabilidade ética de agir com integridade e transparência. Envolver-se em atividades que facilitem a lavagem de dinheiro pode resultar em sanções disciplinares, perda de licença e danos à reputação profissional.

8. Como a legislação brasileira aborda a lavagem de dinheiro?

A legislação brasileira, através da Lei nº 9.613/1998 e suas atualizações, estabelece diretrizes para o combate à lavagem de dinheiro, incluindo a definição de crimes relacionados e as responsabilidades dos profissionais que podem ser envolvidos, como advogados.

9. Quais são os desafios enfrentados pelos advogados na prevenção da lavagem de dinheiro?

Os advogados enfrentam o desafio de equilibrar a defesa dos interesses de seus clientes com a necessidade de cumprir as obrigações legais e éticas. Além disso, a complexidade das transações financeiras e a evolução constante das técnicas de lavagem de dinheiro tornam a prevenção um processo contínuo e desafiador.

10. Onde posso encontrar mais informações sobre a relação entre advocacia e lavagem de dinheiro?

Para mais informações, você pode consultar publicações

acadêmicas, artigos jurídicos, e diretrizes de organizações como o GAFI. Além disso, sites de instituições que abordam a ética na advocacia e o combate à lavagem de dinheiro oferecem recursos adicionais.